



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

Projecto de Resolução nº 320/X

Recomenda ao Governo que exija a suspensão da meta europeia dos biocombustíveis e a não utilização de culturas alimentares

Exposição de motivos:

Em 2003 a Comissão Europeia lançou a Directiva 2003/30/CE, de 8 de Maio, para promover o uso de biocombustíveis nos transportes, estabelecendo uma meta de incorporação de 5,75% até 2010 para cada Estado Membro.

Em 23 de Janeiro de 2008 a Comissão Europeia lançou uma proposta de directiva para a promoção do uso de energia proveniente de fontes renováveis, traçando o objectivo de incorporação de 10% de biocombustíveis até 2020 para cada Estado Membro e os critérios de sustentabilidade a serem cumpridos, no reconhecimento que o impacto ambiental e social da produção de biocombustíveis poderia ser maior que o inicialmente pensado.

A meta traçada dos 10% até 2020 tem sido sujeita a intensas críticas, inclusive dos próprios organismos científicos afectos à UE.

O próprio Comissário de Ambiente Stavros Dimas admitiu, no início de Janeiro de 2008, que seria melhor alterar a meta proposta de 10% até 2020 se o seu cumprimento significasse impactos negativos sobre os pobres e o ambiente, referindo a necessidade de critérios de sustentabilidade sociais e ambientais.

Em Janeiro de 2008, o Joint Research Council questiona esta meta no relatório «Biofuels in the European Context», indicando que esta política requer enormes necessidades de terra fora da Europa, poderá ter um custo líquido até 65 mil milhões

de euros, e coloca ainda em dúvida se haverá alguma poupança de gases de efeito de estufa: "mostra-se que a meta de 10% para os biocombustíveis nos transportes pode até minar o objectivo geral da U.E. para as energias renováveis, uma vez que força à utilização da biomassa de uma forma ineficiente".

Já em Abril de 2008, o comité científico da Agência Europeia de Ambiente veio recomendar a "suspensão do objectivo de 10% dos biocombustíveis" até 2020. Este conselho, composto por 20 cientistas independentes de 15 Estados Membros, considera que a meta dos dez por cento é demasiado ambiciosa e terá efeitos "difíceis de prever e de controlar". Aconselha a realização de um novo estudo sobre os riscos e benefícios dos biocombustíveis, bem como a "definição de uma meta mais moderada e a longo prazo, se a sustentabilidade não puder ser garantida".

Segundo os investigadores, a produção de biocombustíveis ainda liberta gases com efeito de estufa em quantidades significativas, implicando "a combustão de recursos muito valiosos e finitos". Alertam ainda que "o solo arável necessário para a União Europeia conseguir cumprir a meta dos dez por cento excede a área disponível", e que a consequência da intensificação da produção de biocombustíveis é o "aumento das pressões no solo, água e biodiversidade". O cumprimento da meta irá significar "a importação de grandes quantidades de biocombustíveis" com a ocupação de largos milhões de hectares de solo, e que "a destruição acelerada das florestas tropicais devido ao aumento da produção de biocombustíveis já está a acontecer em alguns países em desenvolvimento. A produção sustentável fora da Europa é difícil de conseguir e de monitorizar".

Vários relatórios da Agência Europeia de Ambiente têm vindo a alertar para os riscos dos combustíveis, e em particular da meta proposta pela Comissão Europeia.

O relatório «Estimating the environmentally compatible bioenergy potential from agriculture», lançado a 29 de Janeiro de 2008, afirma que a crescente procura de biocombustíveis levanta preocupações sobre a pressão adicional que é colocada no ambiente e biodiversidade agrícola europeia, sendo necessário tomar em conta os riscos ambientais associados com a produção em larga escala e adoptar limites ambientais para evitar impactos danosos.

O relatório «Climate for a Transport Change», de 4 de Março de 2008, refere que "a dúvida crescente sobre o real contributo da primeira geração de biocombustíveis – agrocombustíveis – para reduzir as emissões de gases de efeito de estufa globais, e o alerta crescente sobre os impactos negativos da produção de biocombustíveis na biodiversidade, água e solo, directa ou indirectamente através das alterações do uso do solo a nível global, apontam para a necessidade de uma maior precaução na promoção dos agrocombustíveis. Utilizando a biomassa disponível para substituir o

carvão na produção de electricidade e calor fornece maiores reduções nas emissões de gases de efeito de estufa a um menor custo”.

Este refere ainda que “a segunda geração de biocombustíveis pode conduzir a uma redução mais substancial das emissões de efeito de estufa e dos efeitos adversos acima mencionados. No entanto, são precisas mais análises sobre se estarão disponíveis a tempo para contribuir para a meta de 10% até 2020, e mais análises são necessárias sobre outros aspectos da segunda geração de biocombustíveis e do cultivo em solos pobres e terras degradadas”. “Um melhor conhecimento do ciclo de vida das emissões de gases de efeito de estufa de todos os usos energéticos da biomassa, e fortes critérios de sustentabilidade (na Europa e em países terceiros) para a produção de biomassa, capazes também de travar os efeitos indirectos devido à alteração do uso do solo, são necessários para avaliar completamente os benefícios e limitações do uso de biomassa”.

Mas outros estudos e instituições têm contestado as ambiciosas metas europeias.

O documento “Sustainable Bioenergy: A Framework for Decision Makers” (Maio 2007), preparado por todos os grupos da ONU que trabalham na área da energia e patrocinado pela FAO, refere que “os impactos económicos, ambientais e sociais do desenvolvimento da bioenergia devem ser analisados com cuidado antes de se tomarem decisões sobre se e quão rápido se deve desenvolver a indústria e quais as tecnologias, políticas e investimentos estratégicos a adoptar”. Afirma ainda que “sem que novas políticas sejam activadas para proteger as terras ameaçadas, assegurar o uso socialmente aceitável da terra e promover o desenvolvimento sustentável da bioenergia no seu todo, os prejuízos ambientais e sociais podem nalguns casos ultrapassar os benefícios.”.

O estudo «The Carbon Benefits of Fuels and Forests», publicado em Agosto de 2007 na revista Science, refere que a meta europeia de 10% até 2020 pode ser menos efectiva na redução das emissões de carbono que um programa de restauro das florestas e protecção de habitats, tendo mesmo apelidado a política da UE relativamente aos biocombustíveis de um erro.

Alerta um relatório publicado pelo Fundo Monetário Internacional em Outubro de 2007 que “o aumento dos preços dos alimentos reflecte uma combinação de factores. Uma maior procura de biocombustíveis nos Estados Unidos e na União Europeia não só levou ao aumento dos preços do milho e da soja, como também resultou no aumento dos preços das culturas de substituição e da alimentação animal ao providenciar incentivos” para os biocombustíveis que substituíram outros cultivos.

A 4 de Março de 2008, a Agência de Avaliação Ambiental da Holanda apresentou um relatório onde afirma que “a meta obrigatória [10%] para os transportes em 2020 deve

ser reconsiderada", pois seria preciso ocupar entre 20 a 30 milhões de hectares com culturas energéticas, dos quais 16 milhões na Europa, e os benefícios esperados como a redução das emissões de gases de efeito de estufa não são realistas.

Perante os alertas dos cientistas e instituições internacionais, vários Estados membros têm vindo a reformular os incentivos públicos que dão aos biocombustíveis: é o caso do Reino Unido, França, Alemanha e Holanda.

O Reino Unido e a França têm mesmo ido mais longe e manifestado publicamente que pensam opor-se à meta proposta pela Comissão Europeia, avançando com estudos próprios para avaliar os riscos dos biocombustíveis.

Em Março de 2008 o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, declarou que pensa opor-se ao actual plano da União Europeia em elevar em 10% até 2020 a quota obrigatória de biocombustível, considerando ser um erro fixar metas obrigatórias antes de conhecer os seus efeitos. Por isso, o Governo britânico ordenou, em Fevereiro de 2008, o estudo dos danos económicos e ambientais causados pelos biocombustíveis para saber se as metas do Reino Unido e da Europa não vão causar mais problemas do que os que pretendem resolver.

No dia 29 de Janeiro de 2008, a Secretária de Estado do Ambiente em França anunciou que está a ponderar rever a sua política de biocombustíveis após dúvidas terem sido colocadas sobre os seus impactos ambientais, nomeadamente sobre o contributo para a redução de GEE. O governo francês solicitou à sua agência de ambiente para rever esta tecnologia.

Tendo em conta todos estes estudos, relatórios e alertas de cientistas, a Comissão Europeia parece indisponível para recuar no objectivo.

É, por isso, necessário que mais Estados Membros recusem as metas propostas pela Comissão Europeia e imponham critérios para a utilização de biocombustíveis, como seja a não utilização de culturas alimentares. Caso a Comissão insista em ter objectivos para a incorporação dos biocombustíveis, é necessário que estes não sejam de cumprimento obrigatório a nível nacional.

Nos termos regimentais e constitucionais, a Assembleia da República, reunida em plenário, resolve recomendar ao Governo que exija junto da Comissão Europeia:

1. A suspensão do objectivo de incorporação de 10% de biocombustíveis até 2020;

2. A impossibilidade de utilização, no espaço europeu, de biocombustíveis provenientes de culturas alimentares e/ou cultivos agrícolas intensivos em termos de área ocupada, recursos naturais e factores de produção;

3. Que quaisquer metas de incorporação de biocombustíveis não sejam de cumprimento obrigatório para os Estados Membros mas apenas valores de referência.

Assembleia da República, 22 de Abril de 2008

As Deputados e os Deputados do Bloco de Esquerda,